

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES - BPI PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023



Signatory of:



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	15
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	17
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	19
6. RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	31

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

BPI Portugal

Tipo de Fundo:	Fundo Aberto de Ações Nacionais
Data de Início:	3 de janeiro de 1994
Objetivo:	Proporcionar aos seus participantes o investimento em ações de sociedades portuguesas ou que se encontrem cotadas em mercados regulamentados em Portugal, procurando, através da constituição de uma carteira diversificada sectorialmente, usufruir do potencial de valorização que este tipo de investimentos apresenta a médio e longo prazo.
Política de Distribuição de Rendimentos:	Fundo de capitalização
Banco Depositário:	Cecabank Sucursal em Portugal
Locais de Comercialização:	Banco BPI; Banco Best; Banco de Investimento Global; Activo Bank; Banco Invest
Canais Alternativos de Comercialização à Distância:	Internet – www.bpinet.pt ; BPI APP ; www.activobank7.pt ; www.bancobest.pt ; www.bancobig.pt ; www.bancoinvest.pt Telefone - BPI Direto (800 200 500)

Comentário da Gestão

O património em 31 de dezembro de 2023 era de 45.003 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 8.957 milhões de euros no ano. Este aumento explica-se pela valorização das unidades de participação (UP) do fundo em 15.1% e por um aumento de 8.4% no número de UPs.

O principal tema que, durante o ano, orientou a evolução dos mercados foi as expectativas de evolução de taxas de juro para controlar a inflação que, apesar do abrandamento, continua acima dos objetivos dos bancos centrais. A resiliência da economia, alicerçada num mercado de trabalho que continua robusto é apontada como um dos fatores da prudência nas previsões dos bancos centrais.

Durante o ano, a Reserva Federal Norte-Americana (FED) subiu a taxa de juro diretora várias vezes, passando do intervalo 4.25-4.5% para o intervalo 5.25-5.5%. A última das subidas ocorreu no final de julho.

No caso do Banco Central Europeu (BCE), a taxa diretora passou de 2.5% no final do ano passado para 4.5% em setembro.

Nos últimos meses do ano, com o abrandamento da inflação maior do que esperado tanto nos EUA como na Europa, e com algum arrefecimento do mercado de trabalho nos EUA, os investidores começaram a descontar cortes de taxas de juro para 2024. No final do ano, os investidores esperavam uma queda de quase 150pb nas taxas de juro tanto nos EUA como na Europa.

Em Portugal, o ano ficou marcado pela surpreendente demissão do Primeiro-Ministro António Costa na sequência duma investigação sobre alegada corrupção do governo em projetos de data centers, lítio e hidrogénio. O Presidente da República permitiu que o Governo se mantivesse temporariamente em funções até aprovar o Orçamento de Estado para 2024, mas anunciou a realização de eleições antecipadas no dia 10 de março de 2024.

Os sectores de Serviços Públicos (Utilities) e Matérias-primas continuavam a ser as principais exposições do fundo. As maiores alterações do ano foram o aumento do peso ao sector Industrial e a redução nas Telecomunicações.

O aumento do peso a industriais deveu-se sobretudo ao aumento da exposição a Navigator embora neste caso compensado pela redução em Semapa e pelos aumentos de exposição a CTT e Mota-Engil. No caso, da Navigator aumentamos a exposição devido às boas perspetivas de geração de fluxos livres de caixa que permitirão à empresa continuar com uma política de remuneração acionista atrativa. Neste caso, reduzimos a exposição à sua principal acionista, a Semapa. Nos CTT, o aumento de exposição deveu-se às melhores expectativas do negócio de encomendas. Por último, o aumento da exposição a Mota-Engil deveu-se em grande parte à boa performance da Acção.

A redução da exposição a Telecomunicações deveu-se à redução de exposição a NOS, uma vez que a Acção não tem reagido ao bom desempenho operacional pois os investidores estão mais focados e receosos com o lançamento das operações da Digi em Portugal que irá provocar um aumento da concorrência no sector.

Perspetivas para a economia global em 2024

Depois de um ano de 2023 bastante diferente do consenso, 2024 terá igualmente potencial para se revelar diferente da expectativa média.

A geografia europeia talvez venha a enfrentar maiores dificuldades em 2024, uma vez que já no final de 2023 demonstrou sinais de abrandamento económico. Sendo uma economia mais industrial e mais dependente do comércio externo, o abrandamento da atividade industrial conjugado com o crescimento menos dinâmico da China aponta para um abrandamento económico.

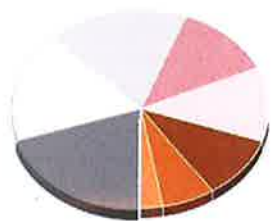
Os EUA mantêm-se mais avançados no ciclo económico e há mais tempo a lidarem com os impactos das subidas de taxas de juro. No entanto, o mercado de trabalho robusto faz com que a desaceleração dos preços dos serviços possa encontrar alguns obstáculos na atual tendência de desinflação. As eleições norte-americanas a 5 de novembro de 2024 deverão começar a impactar a economia mundial antes da sua realização, pela polarização de opiniões atualmente existente entre Republicanos e Democratas.

O Japão tem vindo a realizar uma mudança da sua cultura empresarial, no sentido de aumento do retorno dos capitais e a redução das participações cruzadas empresariais, esta mudança está a incentivar o crescimento dos resultados das empresas japonesas. Caso esta tendência se mantenha, poderá beneficiar a geografia.

Caso o cenário de abrandamento suave da economia se venha a concretizar, e a leitura dos investidores sobre a conjuntura se mantiver moderadamente otimista, os ativos de risco poderão ser os mais bem posicionados para registar ganhos em 2024.

Em qualquer instância, na gestão de um portfolio, recomenda-se uma exposição diversificada a diversas classes de ativos, adequada à situação do Cliente e ao seu perfil.

Distribuição sectorial dos activos do Fundo em 31-12-2023



- Serviços Públicos
- Matérias-primas
- Bens Duradouros
- Financeiro
- Energia
- Industrial
- Telecomunicações
- Consumo Doméstico

Principais Títulos em Carteira

Edp Renovaveis Sa	8.0%
Banco Comercial Portugues-R	7.3%
Bilhetes Do Tesouro 19.01.24	7.2%
Gal Energia Sgps Sa-B Shrs	7.2%
Jeornimo Martins	6.7%

Em situações normais de comercialização não será cobrada comissão de resgate. Poderá ser cobrada uma comissão de resgate de 1% até 90 dias decorridos sobre a data de subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC. O Fundo investe em diversos mercados, conforme a Política de Investimento que consta no prospeto. A execução ou transmissão de ordens ao mercado, resultantes das decisões de investimento, é realizada por uma equipa própria. De acordo com a sua Política de Execução nas Melhores Condições, a BPI Gestão de Ativos procura adotar as medidas necessárias e suficientes para obter o melhor resultado possível para o fundo e para os clientes, tendo em atenção o preço, os custos, a rapidez, a probabilidade de execução e liquidação, o volume, a natureza ou qualquer outro fator relevante para a execução/transmissão das ordens.

Condições de Investimento em 31.12.2023

Subscrição Inicial	250 euros	Prazo Liquidação Resgate	5 dias úteis
Entregas Adicionais	25 euros		
Comissões:			
Subscrição	0%	Gestão	1.195%
Resgate	0%	Depositário	0,080%

REMUNERAÇÕES

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 115.º e DL 27/2023 (RGA), informamos que durante o exercício de 2023 foram pagas as remunerações indicadas abaixo:

Remunerações fixas	Número de Colaboradores***	Montante
Total	46	2 701 107 €
Colaboradores Identificados		
Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal	4	95 100 €
Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração**	3	405 163 €
Outros Colaboradores Identificados *	8	942 933 €
Colaboradores não Identificados		
Restantes colaboradores**	31	1 257 911 €

Remunerações variáveis	Número de Colaboradores***	Montante
Total	42	504 878 €
Colaboradores Identificados		
Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal	-	0
Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração**	3	48 669 €
Outros Colaboradores Identificados *	8	153 232 €
Colaboradores não Identificados		
Restantes colaboradores**	31	302 978 €

*Outros Colaboradores Identificados: Responsáveis pela assunção de riscos, entendendo-se como estando compreendidos neste âmbito os Colaboradores da BPI Gestão de Ativos que têm a seu cargo a tomada de decisões de assunção de riscos relacionados com a atividade de gestão de carteiras; Responsáveis pelas funções de monitorização de riscos bem como os responsáveis pelo acompanhamento das funções de Compliance e de Auditoria Interna e Os colaboradores que auferiram uma remuneração total que os integre no mesmo grupo de remuneração das categorias anteriores e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco dos organismos de investimento coletivo sob gestão da BPI Gestão de Ativos.

** Inclui colaboradores/Administradores que se desvincularam da sociedade antes de 31 de dezembro de 2023.

*** A 31 de dezembro de 2023 a Sociedade Gestora tinha um total de 41 de colaboradores efetivos excluindo Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

Rentabilidade e Risco

ANOS	RENDIBILIDADE	RISCO	CLASSE DE RISCO
2014	-11,76%	22,16%	6
2015	17,05%	17,84%	6
2016	-11,91%	19,73%	6
2017	21,82%	10,52%	5
2018	-10,73%	13,19%	5
2019	13,38%	11,95%	5
2020	-6,84%	31,37%	7
2021	22,84%	14,47%	5
2022	7,61%	16,91%	6
2023	15,09%	12,81%	5

Rentabilidades anualizadas a 31-12-2023

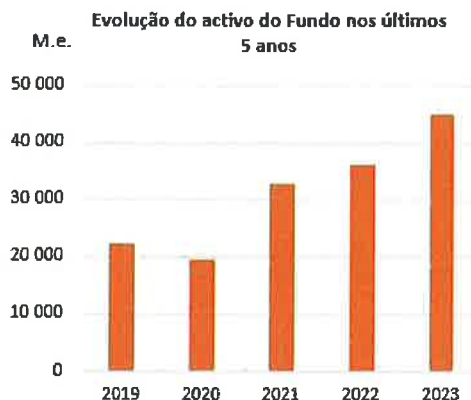
1 Ano	15,1%
3 Anos	15,0%
5 Anos	9,9%
Desde o início	4,9%

verificado

Movimentos de unidades de participação 2023

UP em circulação no início do período	1 983 168
UP emitidas em 2023	374 170
UP resgatadas em 2023	206 794
UP em circulação no final do período	2 150 544

Advertência: os dados que serviram de base no apuramento dos riscos e da rentabilidade histórica são factos passados e, como tal, poderão não se verificar no futuro. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Demonstração do Património do Fundo

(valores em Euro)

	31-12-2022	31-12-2023
Valores mobiliários	30 996 113	39 662 883
Saldos Bancários	4 536 429	4 845 848
Outros activos	708 435	708 435
Total dos activos	36 240 977	45 217 167
Passivo	195 032	214 327
Valor Líquido de Inventário	36 045 945	45 002 839

Distribuição de títulos em carteira

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	770 381	825 785	-	825 785	20%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	3 134 938	3 402 481	-	3 402 481	80%
OIC domiciliados em Portugal	283	313	-	313	0%
TOTAL	3 905 602	4 228 579	-	4 228 579	100%

Movimentos de títulos no período

(valores em Euro)

	Compras	Vendas
M.C.O.B.V. Portuguesa	24 959 559	14 335 395
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	3 496 092	495 123

Operações com derivados no período

	Compras	Vendas
Futuros	38 317 770	38 232 135

Investimento Sustentável e Responsável

Com a entrada em vigor, a 10 de março de 2021, do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, os Prospetos dos Fundos passaram a incluir aspetos da abordagem de Investimento Sustentável e Responsável da BPI Gestão de Ativos.

Por conseguinte, o Fundo integra os riscos de sustentabilidade na gestão dos investimentos de diversas formas:

- Procurando otimizar a relação entre rentabilidade e risco, bem como evitar, minimizar, mitigar e solucionar, tanto quanto possível, os fatores que possam representar um risco significativo para o ambiente ou para as comunidades, de acordo com os mais elevados padrões de responsabilidade.
- Integrando critérios sociais, ambientais e de boas práticas de *governance* nas suas decisões de investimento, identificando riscos em matéria de sustentabilidade cuja ocorrência seja suscetível de provocar um impacto efetivo ou potencial no valor do investimento.
- Gerindo os investimentos de forma que, para além dos referidos objetivos, sejam também, e na medida em que possível e adequado, promovidas, entre outras, características ambientais ou sociais, ou uma combinação destas características.

Durante o ano de 2023, o Fundo beneficiou dos desenvolvimentos ao nível do modelo de Integração de Riscos de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, e a correspondente incorporação dos fatores ESG nos processos de análise de investimentos e tomada de decisão do Fundo.

Salientam-se: (1) a melhoria do Governance de Investimento Sustentável e Responsável (ISR) da Sociedade Gestora, através da atualização de Políticas e Procedimentos; (2) participação ativa em diálogos colaborativos como a Advance e o Climate Action 100+; (3) a publicação da Declaração de Principais Impactos Negativos nas decisões de investimentos da Sociedade Gestora; (4) a melhoria de processos associados com o exercício do direito de voto; (5) o reforço da aposta na formação dos colaboradores, assegurando uma maior especialização nas várias áreas da BPI GA em temas ambientais, sociais, de governance e em sustentabilidade.

Pelo carácter global dos OICs que gere, a BPI Gestão de Ativos tem investimentos em dezenas de países, centenas de empresas, de quase todos os setores, pelo que é impossível estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas, exercendo os seus direitos de voto através de representação (proxy voting), recorrendo assim aos serviços de um consultor em matérias de voto. No ano de 2023, a BPI Gestão Ativos votou em 5.827 propostas em 440 Assembleias Gerais de empresas.

Os esforços de engagement da BPI Gestão de Ativos consistem na participação em diálogos de carácter construtivo com as empresas investidas. O objetivo dos engagements, é melhorar, no longo-prazo, o comportamento de empresas em relação a fatores ESG e consequentemente, melhorar a qualidade dos investimentos. No ano de 2023, a BPI Gestão de Ativos realizou 193 engagements individuais e coletivos com 131 empresas diferentes de 49 países.

Para mais informações sobre as atividades de envolvimento estão disponíveis para consulta o Plano de Envolvimento e o Relatório Anual de Envolvimento publicados no website da BPI Gestão de Ativos.

Risco e Compliance

O cumprimento dos limites de investimento, quer decorram de disposições legais ou dos documentos constitutivos do OIC, são verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa responsável pelo *compliance* operacional e com o suporte da

aplicação informática onde os limites se encontram parametrizados. Se detetado um qualquer incumprimento, passivo ou ativo, este é comunicado à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata. Adicionalmente o banco depositário tem a obrigação de avaliar, identificar e comunicar à CMVM os incumprimentos detetados.

A BPI GA procura selecionar para a carteira do OIC ativos cuja liquidez não seja significativamente afetada por alterações nas condições de mercado. A liquidez dos ativos que compõem o OIC é monitorizada e os ativos classificados de acordo com o prazo previsto de liquidação. É reportado mensalmente à CMVM o perfil de liquidez do OIC de acordo com a classificação agregada dos ativos.

Regras de valorimetria

a) Valores mobiliários

- i) A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela **Sociedade Gestora**.
- ii) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios de valorização:

A valorização de ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base em valores de ofertas de compra firmes difundidas por um market maker da escolha da **Sociedade Gestora** disponibilizadas para o Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base em modelos teóricos, tais como o modelo dos cash-flows descontados, que sejam considerados adequados pela **Sociedade Gestora** para as características do ativo a valorizar. Excetua-se o caso de ações em processo de admissão à cotação em que se tomará por base a última cotação conhecida no momento de Referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a **Sociedade Gestora** considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da **Sociedade Gestora** melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no Momento de Referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela **Sociedade Gestora**;
- 2) Junto de *market makers* da escolha da **Sociedade Gestora**, onde será utilizada

a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra; apenas são elegíveis para este efeito:

- As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i) Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii) A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii) Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i) Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos Mercados no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo;
- ii) Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela **Sociedade Gestora** utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 - 1) Os valores disponíveis no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da **Sociedade Gestora**;
 - 2) Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da **Sociedade Gestora** sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos cash-flows a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Factos Relevantes Ocorridos no Período

Nada a referir.

Eventos Subsequentes

Nada a referir.

Lisboa, 06 de março de 2024

Carla Sofia Coelho Ribeiro Miranda

Adriano João Martins de Silva Oliveira

2. BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

Data: 31.12.2023

		ATIVO				PASSIVO			
Código	Designação	Bruto	MV	inv/P	Líquido	Código	Designação	31.12.2023	31.12.2022
Outros Ativos									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM							10.752.723	9.915.843
33	Ativos Intangíveis das SIM							29.618.557	27.195.337
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>							(1.065.236)	(3.371.213)
Carteira de Títulos									
21	Obrigações								
22	Ações	29.425.742	4.425.276	(1.165.870)	32.685.148	65	Resultados Distribuídos		
23	Outros Títulos de Capital					66	Dividendos Antecipados das SIM	5.696.785	2.305.977
24	Unidades de Participação						Resultados Líquidos do Período		
25	Direitos	6.884.466	93.269		6.977.735		<i>Total do Capital do OIC</i>	45.002.839	36.045.945
26	Outros Instrumentos da DNIda								
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	36.310.208	4.518.544	(1.165.870)	39.662.883				
Outros Ativos									
31	Outros ativos				5.948.050				
	<i>Total de Outros Ativos</i>				30.996.113				
Tercelros									
411-1-418	Contas de Devedores	708.435			708.435	481	Provisões Acumuladas		
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	708.435			708.435		Provisões para Encargos		
							<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Disponibilidades									
11	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	4.845.848			4.845.848				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	4.845.848			4.845.848				
Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proventos								
52	Despesas com Custo Diferido								
53	Outros acréscimos e diferimentos								
59	Contas transitórias ativas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>								
	TOTAL DO ATIVO	41.864.492	4.518.544	(1.165.870)	45.217.167		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	45.217.167	36.240.977
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				2.150.544		Valor Unitário da Unidade de Participação	20,9263	18,1759

CSAM

BPI GESTÃO DE ATIVOS

Fundo de Investimento Aberto de Ações – BPI Portugal

(valores em Euro)

Data: 31.12.2023

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	
		Períodos		Períodos	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Código	Designação				
	Operações Cambiais				
911	À vista				
912	A prazo (forwards cambiais)				
913	Swaps cambiais				
914	Opções				
915	Futuros				
	<i>Total</i>				
	Operações Sobre Taxas de Juro				
921	Contratos a prazo (FRA)				
922	Swap de taxa de juro				
923	Contratos de garantia de taxa de juro				
924	Opções				
925	Futuros				
	<i>Total</i>				
	Operações Sobre Cotações				
934	Opções	1C 037 979	8 960 535		
935	Futuros	1C 037 979	8 960 535		
	<i>Total</i>				
	Compromissos de Terceiros				
942	Operações a prazo (reporte de valores)				
944	Valores cedidos em garantia				
945	Empréstimos de títulos				
	<i>Total</i>				
	TOTAL DOS DIREITOS	1C 037 979	8 960 535		
	CONTAS DE CONTRAPARTIDA				
99				10 037 979	8 960 535

AP
CSAH

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BPI GESTÃO DE ATIVOS

Fundo de Investimento Aberto de Ações – BPI Portugal

(valores em Euro)

Data: 31.12.2023

CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
Código	Designação	31.12.2023	31.12.2022
711+718	Custos e Perdas Correntes		
719	Juros e Custos Equiparados	15 289	15 289
722+723	De Operações Correntes	17 044	5 807
724+...+728	De Operações Extrapatrimoniais	524 850	450 952
729	Comissões e Taxas	17 438	17 438
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	40 235 608	44 140 575
731+738	De Operações Extrapatrimoniais	7 216 539	9 809 100
739	Perdas em Operações Financeiras		
741+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	1 038	1 038
7412+7422	Impostos Indirectos	38 344	40 992
7418+7428	Outros impostos		
751	Provisões do Exercício		
77	Provisões para Encargos	14 775	8 843
	Outros Custos e Perdas Correntes		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	48 064 599	54 450 035
79	Outros Custos e Perdas das SIM	200	
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)	200	
781	Custos e Perdas Eventuais		
782	Valores Incobráveis		
783	Perdas Extraordinárias		
788	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total das Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	5 696 785	2 305 977
	TOTAL	53 761 584	56 796 012
(8*7)3/(A)5-(1*7)3	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 205 249	2 283 223
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	974 371	530 626
B-A	Resultados Correntes	5 696 985	2 305 758
	Proveitos e Ganhos Correntes		
812+813	Juros e Proveitos Equiparados		8 669
811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	94 764	
819	De Operações Correntes		
822+...+824+825	De Operações Extrapatrimoniais	1 180 657	995 492
829	Rendimento de Títulos		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	44 277 244	45 430 113
831+838	De Operações Extrapatrimoniais	8 208 348	10 357 164
839	Ganhos em Operações Financeiras		
	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
	Outras Operações Correntes		
	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos	571	355
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	53 761 584	56 795 793
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
881	Proveitos e Ganhos Eventuais		
882	Recuperação de Incobráveis		
883	Ganhos Extraordinários		
888	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	53 761 584	56 796 012
F - E	Resultados Eventuais		219
B+D+E-A-C+E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	5 735 329	2 348 007
B+D+E-A-C-			
E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	5 696 785	2 305 977

APD
CSM

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO DE AÇÕES – BPI PORTUGAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em Euro)

Data: 31.12.2023

Descriminação dos Fluxos	31.12.2023	31.12.2022
Operações sobre as unidades do OIC		
Recebimentos:	7 339 263	5 418 693
Subscrições de unidades de participação	7 339 263	5 418 693
Pagamentos:	(3 955 804)	(4 472 508)
Resgates de unidades de participação	(3 955 804)	(4 472 508)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	3 383 459	946 185
Operações da carteira de títulos e outros activos		
Recebimentos:	25 011 745	21 136 957
Venda de títulos e outros activos da carteira	14 830 518	9 037 929
Reembolso de títulos e outros activos da carteira	8 999 999	11 100 000
Rendimento de títulos e outros activos da carteira	1 180 657	998 454
Outros recebimentos relacionados com a carteira	571	574
Pagamentos:	(28 473 527)	(22 837 448)
Compra de títulos e outros activos da carteira	(28 455 651)	(22 830 932)
Comissões de Bolsa suportadas	(6 992)	(128)
Comissões de corretagem	(10 045)	(5 715)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	(838)	(673)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos	(3 461 782)	(1 700 491)
Operações a prazo e de divisas		
Recebimentos	192 397 714	194 546 591
Operações sobre cotações	8 199 380	10 348 818
Margem inicial em contratos de futuros e opções	184 193 100	184 193 100
Outros recebimentos operações a prazo e de divisas	5 234	4 673
Pagamentos:	(191 528 161)	(193 907 474)
Operações sobre cotações	(7 320 858)	(9 700 110)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(184 193 100)	(184 193 100)
Outros pagamentos operações a prazo e de divisas	(14 202)	(14 264)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	869 553	639 117
Operações de gestão corrente		
Recebimentos:	94 764	8 669
Juros de depósitos bancários	94 764	8 669
Pagamentos:	(576 575)	(500 283)
Comissão de gestão	(477 071)	(411 180)
Comissão de depósito	(31 938)	(27 527)
Juros devedores de depósitos bancários	-	(15 289)
Impostos e taxas	(49 836)	(39 982)
Outros pagamentos correntes	(17 730)	(6 306)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(481 811)	(491 614)
Saldo dos Fluxos de caixa do período	309 420	(606 803)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Disponibilidades no início de período	4 536 429	5 143 232
Disponibilidades no fim do período	4 845 848	4 536 429

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

INTRODUÇÃO

A constituição do BPI Portugal Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada por Portaria do Ministério das Finanças, de 20 de março de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 3 de janeiro de 1994. É um organismo de investimento coletivo aberto, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal finalidade a rentabilização dos seus ativos através do investimento em ações emitidas por sociedades cuja lei aplicável seja a Portuguesa, bem como em quaisquer outras ações admitidas à negociação em mercados regulamentados Portugueses.

O OIC é administrado, gerido e representado pela BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo CECABANK, Sucursal em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC está formalizado através de unidades de participação desmaterializadas, em regime de co-propriedade aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de cinco Euros cada. O valor de subscrição e de resgate das unidades de participação é calculado com base no valor do capital do OIC por unidade de participação, no segundo dia útil após a solicitação de subscrição ou resgate, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	31.12.2022	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31.12.2023
Valor base	9 915 843	1 870 849	(1 033 969)				10 752 723
Diferença p/Valor Base	27 195 337	5 468 414	(3 045 185)				29 618 567
Resultados distribuídos	-						-
Resultados acumulados	(3 371 213)				2 305 977		(1 065 236)
Resultados do período	2 305 977				(2 305 977)	5 696 785	5 696 785
Total	36 045 945	7 339 263	(4 079 153)	-	-	5 696 785	45 002 839
Nº de Unidades participação	1 983 168	374 170	(206 794)				2 150 544
Valor Unidade participação	18,1759	19,6147	19,7257				20,9263

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	20,9263	45 002 839	2 150 544
	30-09-23	19,9220	42 515 954	2 134 125
	30-06-23	19,2632	38 642 128	2 006 012
	31-03-23	19,2265	38 318 609	1 993 011
Ano 2022	31-12-22	18,1759	36 045 945	1 983 168
	30-09-22	16,7372	33 122 741	1 978 986
	30-06-22	19,0493	36 470 616	1 914 539
	31-03-22	18,3985	34 420 603	1 870 843
Ano 2021	31-12-21	16,8906	32 778 834	1 940 656
	30-09-21	16,6466	25 869 884	1 554 069
	30-06-21	15,2182	21 732 667	1 428 069
	31-03-21	14,3341	20 175 599	1 407 528

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0,5% <= Ups < 2%	56
Ups < 0,5%	3 212
TOTAL	3 268

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo OIC tiveram a seguinte composição:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora da Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Ações	18 600 574	-	14 830 499	-	33 431 073	-
Contratos de Futuros	38 317 770	-	37 142 235	-	75 460 005	-
Dívida Pública	9 855 077	-	-	-	9 855 077	-
Direitos	-	-	19	-	19	-
Total	66 773 421	-	51 972 753	-	118 746 174	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
BILHETES DO TESOURO 15/03/2024	2 953 765	29 210	-	2 982 975	-	2 982 975
BILHETES DO TESOURO 19/01/2024	3 930 701	64 059	-	3 994 760	-	3 994 760
	6 884 466	93 269	-	6 977 735	-	6 977 735
-Ações						
ALTRI SGPS SA	1 432 402	175 752	(23 836)	1 584 318	-	1 584 318
BANCO COMERCIAL PORTUGUES (BCP)	2 660 381	1 421 216	(23 616)	4 057 981	-	4 057 981
COFINA SGPS SA	49 454	1 432	(6)	50 880	-	50 880
CORTICEIRA AMORIM	1 371 789	-	(171 387)	1 200 402	-	1 200 402
CTT CORREIOS DE PORTUGAL S.A.	1 551 067	58 794	(68 010)	1 541 851	-	1 541 851
GALP ENERGIA SGPS SA-B SHRS	2 970 693	992 187	(527)	3 962 354	-	3 962 354
GREENVOLT ENERGIAS RENOVAVEIS SA	1 832 622	366 048	(10 978)	2 187 692	-	2 187 692
IBERSOL SA	693 350	202 678	-	896 028	-	896 028
JERONIMO MARTINS	3 498 912	239 215	(33 295)	3 704 832	-	3 704 832
MOTA-ENGIL SGPS SA	237 720	323 488	-	561 207	-	561 207
NAVIGATOR CO SA	1 521 819	106 930	(27 526)	1 601 223	-	1 601 223
NOS SGPS SA	2 532 589	-	(406 077)	2 126 512	-	2 126 512
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2 231 607	785	(175 327)	2 057 065	-	2 057 065
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO	488 523	63 771	-	552 294	-	552 294
SONAE SGPS	2 242 411	16 464	(142 759)	2 116 116	-	2 116 116
VAA VISTA ALEGRE ATLANTIS SGPS SA	69 000	-	(14 490)	54 510	-	54 510
	25 384 339	3 968 759	(1 097 834)	28 255 265	-	28 255 265
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Ações						
EDP RENOVAVEIS SA	4 041 403	456 516	(68 036)	4 429 883	-	4 429 883
	4 041 403	456 516	(68 036)	4 429 883	-	4 429 883
TOTAL	36 310 208	4 518 544	(1 165 870)	39 662 883	-	39 662 883

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2022	Aumentos	Reduções	31.12.2023
Depósitos à ordem	4 536 429	224 843 486	224 534 066	4 845 848
TOTAL	4 536 429	224 843 486	224 534 066	4 845 848

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, a qual aprova o novo Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

b) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os ativos da carteira do OIC são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas nas alíneas seguintes. O momento de referência da valorização ocorre pelas 17 horas de Lisboa para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, exchange-traded fund (ETF's) e derivados) e pelas 22 horas de Lisboa para unidades de participação, ações, ETF's, instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano;
- ii) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Caso não exista cotação nesse dia, ou cujas cotações não sejam consideradas pela Sociedade Gestora como representativas do

seu presumível valor de realização, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores;

iii) As ações não admitidas à cotação ou à negociação em mercados regulamentados, são valorizadas com base em valores de oferta de compra, difundidos por um market maker da sua escolha, disponibilizados para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC; e

iv) As unidades de participação em fundos de investimento são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação.

v) As mais e menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

vi) Os dividendos e os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento são registados quando atribuídos/recebidos na rubrica “Rendimento de títulos e outros ativos”, da demonstração dos resultados.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor do capital do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O capital do OIC corresponde ao somatório das rubricas unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate e o valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate. A diferença apurada é repartida entre a fração imputável a exercícios anteriores e a parte atribuível ao exercício.

d) Comissão de subscrição

O OIC está isento de comissão de subscrição.

e) Comissão de resgate

A partir de janeiro de 2020, deixou de ser cobrada comissão de resgate.

Excecionalmente, poderá ser cobrada uma comissão de resgate de 1% até 90 dias decorridos sobre a data de subscrição, em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada, diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 1,195% ao capital do OIC, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registado na rubrica "Comissões e taxas".

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada, diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,080% ao capital do OIC, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registado na rubrica "Comissões e taxas".

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, constitui um encargo do OIC, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do OIC no final de cada mês e registada na rubrica "Comissões e taxas".

A taxa mensal aplicável ao OIC é de 0,012‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 Euros e 12.500 Euros, respetivamente.

i) Operações com contractos de "Futuros"

As posições abertas em contractos de futuros, transacionados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de "Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais".

A margem inicial é registada na rubrica "Contas de devedores - Devedores por operações sobre futuros – Margem inicial". Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos

e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

j) Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes. Adicionalmente, a partir de 01 de janeiro de 2019, as comissões de depósito e as comissões de gestão passaram a ser tributados à taxa de 4%.

5. COMPONENTES DO RESULTADO

No exercício findo a 31 de dezembro de 2023, as componentes do resultado do OIC têm a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros e Comissões decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações	1 165 870	38 946 884	40 112 754	-	-	-
Direitos	-	1 054	1 054	-	-	-
Outros Instrumentos de Dívida	-	121 801	121 801	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	7 216 539	7 216 539	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	440 303	46 029	486 332
de Depósito	-	-	-	29 476	3 081	32 558
Taxa de Supervisão	-	-	-	5 915	-	5 915
Taxa de Operações de bolsa	-	-	-	6 999	-	6 999
Taxa de Corretagem	-	-	-	10 045	-	10 045
de Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	17 438	-	17 438
Outras	-	-	-	46	-	46
TOTAL	1 165 870	46 286 278	47 452 147	510 222	49 110	559 332

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	4 425 276	39 554 507	43 979 782	-	-	1 180 657	1 180 657
Direitos	-	1 054	1 054	-	-	-	-
Outros Instrumentos de Dívida	93 269	203 138	296 407	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	94 764	-	-	94 764
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cotações	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	8 208 348	8 208 348	-	-	-	-
TOTAL	4 518 544	47 967 048	52 485 592	94 764	-	1 180 657	1 275 420

9. IMPOSTOS E TAXAS

Os montantes registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador da tributação:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	31.12.2023	31.12.2022
Impostos indirectos:		
Imposto do selo	1 099	923
Imposto do selo VLG	16 102	22 020
Imposto do selo - Comissão Gestão	19 453	16 715
Imposto do selo - Comissão Deposito	1 302	1 119
Imposto do selo - Comissão Research	387	215
	38 344	40 992
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de acções	-	1 038
	-	1 038
TOTAL	38 344	42 030

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	6 977 735	-	-	-	-	6 977 735
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

Acções e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Acções	32 685 148	10 037 979	-	42 723 127

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada no VaR, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 18º do Regulamento nº 3/2020, à exposição global a instrumentos financeiros derivados, considerando para o efeito os pressupostos previstos no mesmo artigo.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2023:

	Perda Potencial no Início do Exercício		Perda Potencial no Final do Exercício	
	Valor Sujeito a Risco	Valor sujeito a risco (% VLGF)	Valor Sujeito a Risco	Valor sujeito a risco (% VLGF)
Carteira com Derivados	4 896 023	13,58%	3 727 504	8,28%
Carteira sem Derivados	3 720 471	10,32%	2 858 591	6,35%

Para efeitos da exposição global a derivados, o OIC adota a abordagem baseada no VaR relativo por ser a abordagem mais consistente em termos de limitar a perda máxima esperada.

Dada a especificidade do investimento do OIC, o VaR relativo ao índice PSI 20 Index (ticker PSI 20 Index) é considerado aquele que melhor se adequa à política de investimento do OIC na medida em que a composição do índice reflete a possível volatilidade dos investimentos da carteira sem derivados.

O índice referido é composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa e reflete a evolução dos preços dessas ações, que são as de maior liquidez entre as negociadas no mercado nacional. A capitalização bolsista das emissões que compõem o PSI 20 é ajustada pelo free float.

O sistema de cálculo do VaR recorre às volatilidades e correlações apurados historicamente para os diferentes títulos e preços nos últimos 365 dias, disponibilizando automaticamente o VaR de cada carteira para os próximos 30 dias, com um intervalo de confiança de 99%.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	505 785	1,24%
Comissão de Deposito	33 860	0,08%
Taxa de Supervisão	5 915	0,01%
Custos de Auditoria	1 435	0,00%
Custos Research	9 605	0,02%
Outros custos correntes	19 884	0,05%
Total	576 483	
Taxa de Encargos correntes		1,42%

De acordo com o artigo 69.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2020, a taxa de encargos correntes de um organismo de investimento coletivo consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes de um organismo de investimento coletivo, num dado período, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que preveja investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

6. RELATÓRIO DE AUDITORIA



GESTÃO DE ATIVOS

Grupo  CaixaBank

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do BPI Portugal – Fundo de Investimento Aberto de Ações (o "OIC") sob gestão da BPI Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 45 217 167 euros e um total de capital do OIC de 45 002 839 euros, incluindo um resultado líquido de 5 696 785 euros), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do BPI Portugal – Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela BPI Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora do OIC descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 8 de março de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)

